

CAMPUS



ASSEDIAADAS

ESTUDANTE (NA FOTO), SERVIDORA E EX-ALUNA NARRAM CASOS DE ASSÉDIO SOFRIDO DENTRO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PERGUNTAS
CONSTRANGEDORAS NA ELEIÇÃO
PARA REITORIA

INDÍGENAS PESQUISAM PARA
AJUDAR SEUS POVOS

O FIM DE BANDAS SURGIDAS
DENTRO DA UNB

Arapuca para reitoráveis

PERGUNTAS ARDILOSAS DO PÚBLICO MARCARAM OS DEBATES ENTRE AS CHAPAS INSCRITAS NA DISPUTA PELA REITORIA

Por Franco Dantas

Os debates do primeiro turno entre as chapas concorrentes à reitoria foram intensos. Ao todo, foram realizados quatro eventos, um em cada campus da Universidade de Brasília, totalmente abertos à comunidade acadêmica. O formato escolhido, entretanto, permitiu que as reitoráveis e seus respectivos vices fossem colocados em posições difíceis por perguntas capciosas e constrangedoras elaboradas anonimamente pelo público.

Quem esteve presencialmente nos debates teve a chance de elaborar essas perguntas anônimas em cédulas e colocá-las dentro de urnas separadas por chapa. Assim, as mediadoras sortearam, em cada debate, duas perguntas do público para cada chapa, excluindo as que estavam ilegíveis ou com conteúdo ofensivo.

Em todos os debates, no entanto, foi possível flagrar apoiadores e equipes das três chapas colocando dezenas de cédulas de uma vez nas urnas dos adversários, para aumentar as chances de colocá-los em posições difíceis. Também foi possível notar que essas mesmas equipes colocaram diversas cédulas nas urnas das próprias candidatas, para aumentar as chances de sua reitorável ser sorteada com uma pergunta mais previsível.

O primeiro debate, sob mediação da jornalista Vivian Danielle, foi realizado na Faculdade UnB Ceilândia (FCE), campus do qual a candidata Fátima Sousa foi uma das responsáveis pela concepção. Logo na primeira pergunta do público sorteada à chapa 93, Rozana Naves foi questionada sobre seu rompimento repentino com a gestão de Márcia Abrahão, da qual foi decana de Administração. “É a famosa pergunta que não quer calar”, ironizou a candidata.

Em crítica direta à gestão, Rozana procurou explicar sua decisão. “Me desliguei por incompatibilidade com o alto nível de centralização”, disse. “Eu sugiro, como forma de esclarecimento, que as pessoas consultem a carta que os técnicos do DAF (Decanato de Administração) divulgaram com a minha saída da gestão, porque lá está relatado isso.”

No segundo debate, agora sediado na Faculdade UnB Gama (FGA), foi sorteada à candidata Olgamir Ferreira uma pergunta que a acusava de não ter qualificação acadêmica e de ter escrito apenas cinco artigos na carreira. “Precisam ler melhor o meu currículo”, retrucou, incomodada. Segundo ela, seu Currículo Lattes está desatualizado por sua dedicação integral ao decanato de Extensão, defendendo também que é competente e experiente como gestora pública. “Precisamos superar essa leitura equivocada, conservadora, de que o professor vale pela sua produção”, ressaltou.

Em sua segunda pergunta anônima na FGA, Olgamir foi questionada sobre a aprovação repentina de demandas antigas que supostamente foram ignoradas nos oito anos de Márcia Abrahão, atual reitora, insinuando que essas aprovações se deram apenas para fortalecer a base eleitoral de Olgamir. “Me causa grande estranheza uma pergunta dessa natureza”, disse a candidata. “Todas as decisões são tomadas em nossos colegiados.”

Rozana também teve que se defender de insinuações sérias no debate da FGA. “Já que foi decana de Administração na gestão, como avalia as irregularidades apontadas pelo TCU no contrato de manutenção de eleva-



As três chapas receberam dezenas de perguntas anônimas em suas respectivas urnas. Foto: Franco Dantas/UnB

dores por R\$ 23 milhões?”, dizia a pergunta anônima. A candidata argumentou que o contrato foi feito junto à expertise dos técnicos. “Primeiramente, avalio que os técnicos devem ser ouvidos. Quando estive no DAF, já havia um consenso que uma licitação que implicasse um elevado número de peças de elevador ia somar um valor exorbitante e possivelmente dificultaria ou faria com que o processo licitatório caísse em análise dos órgãos de controle”, buscou justificar Rozana.

A chapa 99, de Fátima Sousa e Paulo Celso, não recebeu perguntas difíceis do público nos dois primeiros debates, mas penou no terceiro, realizado na Faculdade UnB Planaltina (FUP). A proposta de Fátima de fortalecer as parcerias com a iniciativa privada foi questionada. “Privatizar a UnB será a solução?”, foi uma das perguntas. “Vocês não estão conseguindo ler e compreender o que nós estamos propondo na nossa carta compromisso”, retrucou Fátima. Houve vaias. “Acho um desserviço essa pergunta”, irritou-se. “Não vamos responder essa pergunta dessa forma que foi formulada.”

Também no debate da FUP, foi sorteada à chapa de Olgamir Ferreira uma pergunta que dizia que ela e seu vice eram alvos de fake news espalhadas pelos adversários. O candidato a vice-reitor da chapa, Gustavo Romero, professor e diretor da Faculdade de Medicina, aproveitou para repudiar os ataques que sofreu e reafirmar o compromisso com a democracia e com a verdade. A mediadora, Lillian Tahan, entretanto, entendeu que a pergunta imputava uma queixa séria sobre as outras duas chapas e permitiu que elas se defendessem da acusação de espalhar desinformação, o que incendiou o público no evento.

Tanto a chapa 99 quanto a chapa 93 negaram veementemente a disseminação de quaisquer fake news contra o professor Gustavo Romero. “Essa sou eu e o senhor (Gustavo Romero) me conhece”, disse Fátima Sousa, ofendida com a acusação. Ela teve contato com o diretor da FM enquanto dirigia a Faculdade de Ciências da Saúde. Rozana Naves, além de negar a elaboração de fake news, usou do direito de resposta para insinuar que a própria chapa 90 cometia irregularidades como a que fora descrita na pergunta. “As pessoas vêm para uma oposição como essa com história”, apontou Rozana. “Os fatos estão no nosso sistema, é só consultar. Não vamos entrar nessa polêmica”.

O quarto debate, realizado no Darcy Ribeiro, foi tomado pelo som de batucques, cantos e apitos dos apoiadores das chapas presentes na plateia. E repetiram-se as perguntas constrangedoras feitas pelo público nos embates anteriores. Uma das perguntas anônimas sorteadas à chapa de Rozana Naves foi desconsiderada pela mediadora Heloísa Villela por conter ofensas à candidata, e substituída por outra.

Expediente

CAMPUS

Jornal-laboratório da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB)

REPORTAGEM:

Ana Carolina Alves
Beatrice Mesiano
Clara Lisboa
Franco Dantas
Gabriela de Macedo
Lucas Lopes
Maria Eduarda Lavocat
Marina Rito
Nathalia Sarmiento
Thamires Almeida

EDIÇÃO:

Paloma Araujo

DIAGRAMAÇÃO:

Ana Carolina Alves
Clara Lisboa
Davi Cruz
Eliane Batista
Franco Dantas

PROFESSOR:

Solano Nascimento

JORNALISTA:

José Luiz Silva

IMPRESSÃO:

RB DIGITAL

Relatos de assédio

MULHERES CONTAM COMO FORAM PERSEGUIDAS E PERTURBADAS POR HOMENS DENTRO DA UNB. CANAIS PARA DENÚNCIAS RECEBEM QUASE UM CASO POR MÊS

Por Lucas Lopes e Marina Rito

Estudante do curso de História desde o primeiro semestre do ano passado, Geisilainy de Sousa ficou impactada com a recepção de um veterano ao chegar à Universidade de Brasília. "Eu demorei muito para entender que era uma situação de assédio, pensava que talvez eu tivesse dado abertura para esse tipo de contato", recorda. "Todas as vezes em que a gente se cumprimentava, o abraço era muito demorado, sempre tinha um beijo no rosto e isso me incomodava."

Apesar de ter manifestado incômodo com a abordagem de seu colega, a aluna conta que a situação continuou e que, por medo, não chegou a procurar ajuda na Universidade. Ela diz que não se sentia confortável para compartilhar o ocorrido com outras pessoas. "Eu fiquei muito receosa em lidar com as pessoas dentro do meu próprio curso", explica. "Toda e qualquer interação que eu tinha, já ficava com o pé atrás". A estudante deixou de frequentar eventos e locais nos quais achava que encontraria o veterano.

As más lembranças de Kamila Nathália Félix, formada em Agronomia, vêm de um happy hour em 2019, quando ainda estudava na UnB. Ela conta que um aluno, que estava alterado, pediu para que o acompanhasse até o banheiro. Durante o trajeto, recorda, ele a levou forçadamente ao subsolo e a pressionou contra a parede, querendo que ela o beijasse. "Comecei a gritar, pedir ajuda, e aí um menino, graças a Deus, me ajudou", afirma. "Foi péssimo, mas no final consegui me livrar de algo que poderia ter sido pior."

Servidora da UnB, Amanda Flores faz parte de uma geração que pouco discutia assuntos relacionados à violência de gênero. Ela recorda o que vivenciou em seu primeiro posto de trabalho na Universidade, há mais de 10 anos. "Havia um servidor que era hierarquicamente superior a mim, em um cargo de chefia. Ele fazia controle de ponto e demandas do trabalho. Inicialmente eu sofri assédio sexual, sutilmente eu fui assediada com referências ao meu corpo", relembra.

Flores diz que, ao demonstrar aversão e repulsa às investidas, passou a ter de lidar com perseguições, chegando ao ponto de ter a sua rotina de trabalho monitorada. Ela conta que o assédio sofrido teve impactos profundos em sua vida, apesar do acolhimento e apoio de sua família. "Foi um sofrimento, psicologicamente foi péssimo, fiquei muito tempo com aquilo me machucando, me preocupando", relata. "Só que na época eu não tinha condições de ir contra, de gerar briga. Ia ser muito mais desgastante com a exposição e o julgamento". A servidora diz que o problema só não prosseguiu porque ela solicitou transferência para um outro setor da Universidade.

Mais debate

Professora do Departamento de Sociologia da UnB e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, Tânia Mara Campos de Almeida tem se dedicado à investigação da violência contra a mulher nos espaços acadêmicos. Segundo ela, nos cursos de graduação as principais vítimas de assédio são as estudantes calouras. "Algumas pessoas moram em outras cidades e chegam às universidades sem conhecer ninguém, sem rede de apoio, e acabam ficando mais vulneráveis", explica. "Às vezes, além de assédio, pode ocorrer violência da ordem sexual em festas com o consumo de bebidas alcoólicas."

Almeida também conta que, apesar do assédio não ser um assunto novo, a ascensão de mulheres a cargos de direção nas universidades contribuiu para que a problemática seja mais debatida na comunidade acadêmica. "Antigamente, as mulheres ficavam ainda mais sozinhas nos seus cursos, porque praticamente todos os professores eram homens".

A pesquisadora ressalta que atualmente a presença de mais mulheres em diferentes cargos tem contribuído para que mais alunas e servidoras se sintam confortáveis para falar sobre suas vivências. No entanto, a realização de denúncias por parte das vítimas segue sendo um desafio, em parte porque muitas vezes as vítimas são desacreditadas e culpabilizadas socialmente. "É um ônus muito sozinho, muito individual, que denunciar acaba sendo pesado, difícil, tem uma cobrança", diz Almeida.

Quase uma denúncia por mês

Questionada, a Comissão de Ética da UnB informou em nota que investiga regularmente as denúncias sobre possível desvio ético dos agentes públicos vinculados à Universidade. Segundo o órgão, de janeiro de 2023 até maio de 2024 foram registradas 10 denúncias descritas como assédio moral ou sexual. A comissão encaminha as denúncias para a Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD) da UnB, que abre os processos contra os professores e servidores técnicos acusados.

Nos casos em que os acusados de assédio são estudantes, o encaminhamento das denúncias é feito pelo Decanato de Assuntos Comunitários. Segundo o órgão, de janeiro de 2023 até julho de 2024, foram recebidas três denúncias de assédio sexual e quatro de assédio moral. Desse total, cinco casos foram arquivados e dois continuam em andamento. Somadas, são 17 denúncias de assédio contra estudantes, professores e técnicos em 19 meses, quase um a cada 30 dias.

Além de realizar o trabalho de acolhimento das vítimas, a Secretaria dos Direitos Humanos é responsável pela elaboração de ações dentro da Universidade para o combate ao racismo, machismo e à LGBTfobia. A titular do órgão, Deborah Silva Santos, destaca que o enfrentamento à violência de gênero requer ações diversas, além das medidas jurídico administrativas. "Por estar inserido na sociedade e por ser composto por pessoas, o ambiente universitário não é blindado a repetir violências", afirma a secretária. "Daí a necessidade de criarmos uma rede de apoio para atendimento que saiba lidar com o apoio às mulheres".



Calouras são mais expostas, e muitas das vítimas não acusam formalmente seus assediadores.

Foto: Lucas Lopes/UnB

De acordo com Santos, uma das iniciativas implementadas recentemente, em colaboração com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, foi a criação do curso Maria da Penha vai à Universidade. O programa, que pretende tanto ensinar a evitar assédios quanto a acolher vítimas, ocorreria no primeiro semestre de 2024, mas foi adiado em função das greves de técnicos e docentes. A ideia é que seja oferecido neste mês de setembro para docentes e técnicos e depois para estudantes.

"Consideramos que violência contra as mulheres também tem a ver com a garantia da permanência das mulheres nos seus cursos e no seu trabalho, principalmente as mães. Assim, ações como os fraldários, uma política para as mães, para além do auxílio creche e outras ações têm sido desenvolvidas pela Coordenação das Mulheres da SDH", acrescenta a secretária.

No final de junho, a UnB apresentou o fluxo de encaminhamento de denúncias de assédio, discriminações e outras violências. A ideia é facilitar os procedimentos de apuração das denúncias, e agora os relatos podem ser feitos por qualquer pessoa junto à Ouvidoria, a unidades acadêmicas e administrativas, ainda que o principal canal de registro siga sendo o portal Fala.Br.

Vítimas de assédio podem encaminhar denúncias para a Ouvidoria da UnB pelo telefone 3107-2704.

Contrapartida indígena

PESQUISADORES DA UNB DESENVOLVEM PROJETOS PARA BENEFICIAR SEUS POVOS

Por Thamires Almeida e Gabriela Macêdo

Em 2019, Fabiana Simão Dias, que acabara de se tornar cacique do povo Kokama em São Paulo de Olivença (AM), recebeu de seus parentes — termo usado pelos indígenas para se referirem uns aos outros — a missão de ir à capital do país encontrar uma professora da Universidade de Brasília (UnB). A professora, Ana Suelly Cabral, é especialista em línguas indígenas sul-americanas e, anos antes, havia vivido com o povo Kokama em uma região próxima. Fabi Wayna, nome indígena de Fabiana, mudou-se para Brasília e por dois anos tentou entrar em contato com a professora através do número de telefone que havia recebido. Nesse período, concluiu a graduação em Secretariado Executivo na União Pioneira de Integração Social (Upis) e cogitou desistir do encontro com Cabral. “E foi aí que ela me disse: não, não desista, vai lá em casa semana que vem”, lembra a cacique.

A origem desse encontro está relacionado ao fato de o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) ter aprovado, em 2020, a reserva de vagas para estudantes negros, indígenas e quilombolas nos programas de pós-graduação da Universidade, política que ampliou o número de pesquisadores indígenas nos anos seguintes. Graças a isso, a Universidade conta hoje com cerca de 300 estudantes indígenas de 51 etnias distintas na graduação e na pós-graduação. Parte dos indígenas que ingressaram na pós-graduação aproveita as pesquisas para desenvolver projetos que beneficiam suas etnias.

Um dos principais espaços da luta pela inclusão dos indígenas na pós-graduação é o Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (Lalli), que já formou 15 mestres e cinco doutores de diferentes etnias. Sob a coordenação da professora Ana Cabral, o Lalli defendeu a diferenciação das provas dos processos seletivos para esses estudantes, com carga teórica reduzida e linguagem simplificada, alterações cruciais para aumentar a participação dos estudantes que não possuem o português como primeira língua. “Eles (os indígenas) estimulam os novos colegas, não só da etnia deles, a protagonizarem estudos de suas próprias línguas”, diz Cabral.



Cacique Fabi Wayna atua para resgatar a língua kokama.
Por: Gabriela de Macêdo/UnB

Língua em extinção

Fabi é mestranda no Programa de Pós Graduação em Linguística e trabalha junto à professora Cabral, que é sua orientadora no curso, para organizar a língua falada pelo povo Kokama no Alto do Rio Solimões, no Amazonas. Hoje, apenas os mais velhos da etnia se comunicam na língua nativa. A geração de Fabi pouco fala, mas entende, e os mais novos que ela perderam significativamente essa comunicação.

O povo Kokama está presente em três países que fazem fronteira entre si: Brasil, Peru e Colômbia. No Brasil, de acordo com a professora e doutora em linguística da UnB Altaci Rubim Corrêa Kokama, são quase 20 mil indígenas da etnia vivendo no Alto e Médio Solimões e em Manaus, capital do Amazonas. Apesar disso, a língua foi quase completamente perdida e, em 2010, foi considerada ameaçada de extinção pela Unesco, junto a outras 190 línguas indígenas. Para Fabi Wayna, o resgate e registro da língua é uma missão honrosa, em especial por contribuir com a memória de seus ancestrais: “Eu acredito muito que foram os meus encantados que me quiseram aqui para estar cumprindo essa missão. Para mim, é uma felicidade estar aqui dentro da UnB, ainda que a gente tenha muitas dificuldades, nós saímos com grandiosidade”. Cabral, sua orientadora no mestrado, foi quem acolheu Fabi nos primeiros momentos de sua pesquisa para que ela estivesse amparada em Brasília.

Nas décadas de 80 e 90, Ana Cabral esteve com o povo Kokama para coletar o material referente à língua falada e escrita que, posteriormente, se restringiu a um grupo ínfimo de falantes no Brasil. Esse foi seu primeiro trabalho com idiomas indígenas e hoje serve como base para o banco de dados organizado por Fabi. Os kokamas sofreram de forma incisiva com as tentativas de apagamento do povo e, principalmente, de seu idioma nativo. Por medo de represálias, passaram a viver entre os tikunas e a adotar o português como primeira língua.

“A gente deixou de praticar tudo, principalmente a língua, porque diziam que quando a gente falava na língua, principalmente os meus bisavós e mais velhos, era considerado que eles tivessem falando uma língua do diabo, ou então que tivessem tramando um ataque”, relata Fabi. “Quem falasse, seria punido.”

Mapeamento dos tikunas

Iury da Costa Felipe é doutorando e mestre pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, licenciado em Ciências Sociais, também pela UnB, e indígena do povo tikuna. Sua pesquisa no doutorado busca fortalecer a identidade indígena, trabalho que começou ainda na graduação com o mapeamento de duas comunidades: Vila Betânia, território do pesquisador localizado a cerca de 800 km de Manaus, e a Comunidade Indígena de Campo Alegre. O mapeamento buscou registrar e compreender fatores como o entendimento da língua, a organização comunitária e o processo de contato com não-indígenas desde o século XVII. Com base nessas informações, sua pesquisa atual, mais teórica, busca compreender como os tikunas sobreviveram às tentativas de apagamento de identidade ao longo de mais de 300 anos.

A base adquirida por Felipe desde a graduação auxilia projetos como o que busca traduzir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para a língua tikuna, tornando-o acessível ao mais numeroso povo da Amazônia brasileira - de acordo com dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - e, ao mesmo tempo, fortalece o idioma nativo. Com apoio da Organização dos Estados Ibero-Americanos, o projeto também conta com a contribuição do irmão de Iury Felipe, Roger, também pesquisador da Universidade, e de tradutores e professores que estão situados em suas respectivas comunidades. De acordo com Felipe, o ECA deve passar a ser trabalhado nas escolas da comunidade como forma de incentivar o uso da língua tikuna escrita.

O povo tikuna também está presente na região da tríplice fronteira amazônica. No Brasil, estão no Alto, Médio e Baixo Solimões, e, ao contrário dos kokamas, os tikunas mantêm um alto número de falantes da língua como idioma principal.



Iury Felipe fazendo pinturas durante oficina na semana dos acadêmicos indígenas na Maloca/UnB.
Por Thamires Almeida/UnB

Dificuldades nos estudos

Uma das dificuldades enfrentadas por Fabi e por outros estudantes indígenas da UnB foi ter que abrir mão do emprego para dedicar-se ao projeto de pesquisa, mesmo sem bolsa. “Quando eu abri mão do emprego foi mais pensando na minha comunidade e no meu povo, não foi tanto em mim”, diz. A pesquisadora conseguiu se manter na Universidade graças à ajuda de sua orientadora e de outros projetos dos quais passou a fazer parte durante o período. “É muito bonito quando sai um edital inclusivo, é maravilhoso para a gente. Mas eu acredito que com esse edital também tem que vir a segurança de garantir tua permanência do início ao fim.”

Além da parte financeira, outro fator que impactou a mestranda foi a discriminação dentro da Universidade: “O preconceito acaba tornando a caminhada aqui assim, ao mesmo tempo prazerosa, dolorosa”, lamenta. “Essas dores vão tornando a gente mais forte. A gente tem esse preparo lá na base para chegar aqui e aguentar, mas tem momentos assim que a gente não aguenta.” Quando no limite, Fabi buscou e recebeu ajuda psicológica fornecida pela UnB aos estudantes.

Bolsista da Capes, Felipe consegue realizar pesquisas de campo graças ao financiamento de outros projetos da Universidade dos quais faz parte. Durante a pandemia, o pesquisador aproveitou os recursos destinados a um projeto para também coletar dados para sua tese de doutorado. Quando chegou a Brasília, Iury Felipe ficou alojado por cerca de um semestre em um clube próximo à Universidade. Depois, pôde solicitar o auxílio-moradia oferecido pela UnB.

O trabalho feito por Fabi e Felipe, apesar das dificuldades e obstáculos, não só reverte parte do apagamento sofrido pelas comunidades indígenas no Brasil, como também caminha com os objetivos da Unesco estabelecidos para a década de 2022-2032. O período foi designado pela organização como Década Internacional das Línguas Indígenas, para que os países incentivassem a manutenção das culturas e saberes indígenas, a partir da proteção de seus idiomas. O plano, lançado em dezembro de 2022, salienta que “os povos indígenas devem ser consultados e envolvidos, de forma significativa, em todas as etapas dos processos de tomada de decisão.”

Povos originários, constituição e cidadania

Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília e assessora-chefe de Inclusão e Diversidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Samara Carvalho Santos pertence ao povo pataxó e atua pelos direitos indígenas. Formada em Direito pela Universidade Federal da Bahia, Samara Pataxó, seu nome indígena, pesquisa desde o mestrado, feito na UnB, a relação entre indígenas, a Constituição e a democracia no Brasil. No TSE, a doutoranda trabalha com a formação e o esclarecimento de eleitores sobre a questão indígena e a pauta da diversidade. “Trazer essa diversidade é desafiador, mas ao mesmo tempo há a carga de representatividade e de reforçar a importância da representação política e da participação política desses grupos sub-representados no processo eleitoral”, relata a advogada.

Uma das funções de Samara é coordenar a Comissão de Promoção da Participação Indígena no Processo Eleitoral, que tem o objetivo de elaborar estudos e projetos que incluam e incentivem cada vez mais a participação de indígenas em todas as etapas do processo eleitoral. Uma das ações da comissão foi o ciclo de debates Abril Indígena da Justiça Eleitoral, em 2023. Após analisar a judicialização da questão dos territórios indígenas durante o mestrado, Samara pesquisa em seu doutorado o protagonismo da advocacia indígena na garantia de direitos. O tema está intrinsecamente relacionado ao trabalho que exerceu até 2022 como advogada de organizações indígenas do estado da Bahia e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

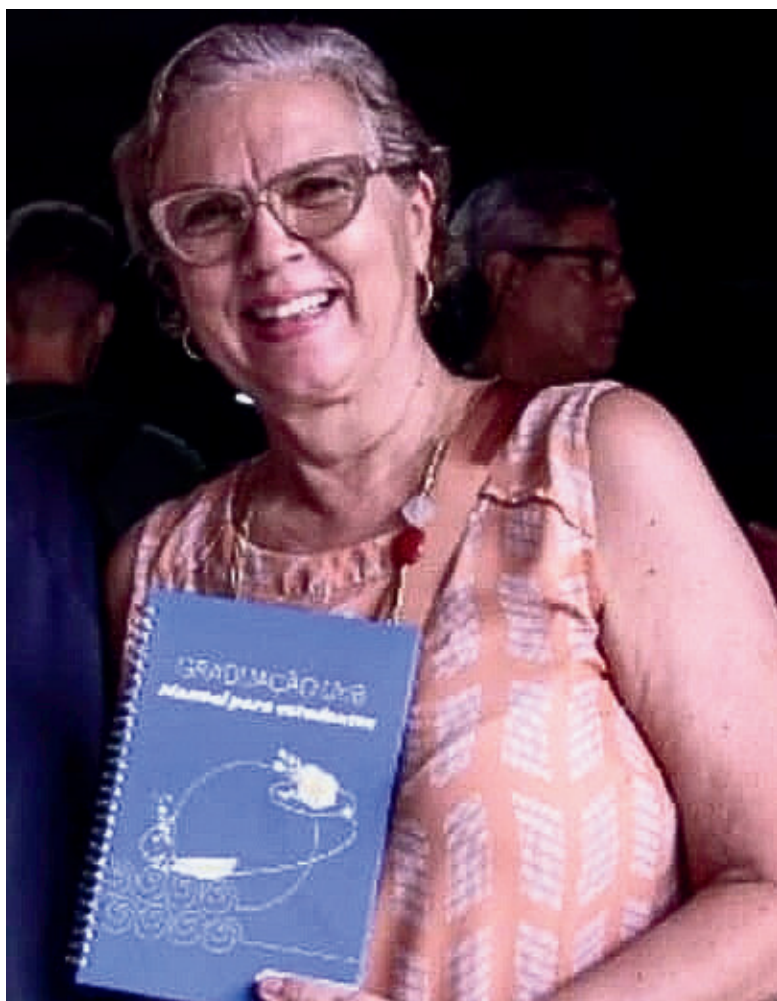
Preparação para o 60+

PROJETO CRIA MINICURSO PARA AJUDAR IDOSOS A PASSAREM NO NOVO VESTIBULAR DA UNB

Por Clara Lisboa

Ao ser anunciado o primeiro edital do Vestibular 60+, destinado a pessoas idosas, o programa de extensão Universidade do Envelhecer (UniSER) organizou um minicurso preparatório de redação com duração de três dias, com aulas presenciais e online. Foi com esse auxílio que a aluna Angela Rojas, de 66 anos, conseguiu a aprovação no curso de Turismo. Professora de educação física aposentada pela Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, Rojas também trabalhou por 19 anos na Secretaria de Esportes do DF.

Para ela, não foram só as aulas de técnicas de redação que contribuíram para essa aprovação, mas também a interação social com pessoas de gerações e áreas diferentes proporcionada pela UniSER, como filosofia, segurança social, farmacologia e gerontologia em geral. “A convivência com os jovens tem sido muitíssimo positiva, nos dois sentidos” afirma Rojas. “Excelente oportunidade de conhecer a mentalidade e comportamento das novas gerações e vice-versa.”



Angela Rojas voltou à Universidade aos 66 anos: “Excelente oportunidade”.
Foto: Acervo pessoal

O curso de redação foi ministrado pela professora e coordenadora de Gente e Gestão, Kerolyn Ramos, e pelo professor colaborador Pedro Guilherme Leal. A estratégia adotada por eles para garantir o máximo aproveitamento dos alunos foi desenvolver uma prova simples e efetiva, para auxiliar os alunos idosos que não produziam esse formato de texto há muito tempo, escrevendo duas redações de temas diferentes ao final do curso. Também auxiliaram no andamento do curso os alunos extensionistas da área de Gente e Gestão. “Fico orgulhosa por cada idoso ter realizado o vestibular e ter se permitido tentar, isso mostra a importância da UniSER, evidenciando que sempre temos novas oportunidades, independente da idade”, comenta a extensionista Maria Eduarda Malamin.

A inclusão e capacitação de pessoas idosas é uma realidade na Universidade de Brasília (UnB) desde 2015 com a criação da UniSER. Considerado um dos programas de extensão mais longevos da instituição, a UniSER foi fundada em uma parceria entre a Universidade Federal do Tocantins e a UnB. Antes chamado de Universidade da Maturidade, a turma pioneira do programa surgiu no campus de Ceilândia.

Para a professora e coordenadora fundadora, Margo Gomes, o trabalho da UniSER é muito mais do que a inclusão das pessoas idosas, mas um entendimento do que é o envelhecer. “O programa busca melhorar a qualidade de vida do idoso e preparar as gerações futuras para o envelhecimento, em todas as suas nuances, não apenas no aspecto físico”, explica ela.

Atualmente, o programa atua em doze regiões do Distrito Federal, sendo elas: Asa Norte, Asa Sul, Candangolandia, Ceilândia, Guará, Gama, Estrutural, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, Sobradinho e Taguatinga. O principal projeto realizado pela UniSER é a capacitação no curso de Educador Político Social em Gerontologia, com duração de um ano e meio, para pessoas com mais de 45 anos. Além disso, existem outros 16 projetos que abraçam professores, alunos de graduação e pós e pessoas idosas da comunidade.

O egresso do curso de Educador Político Social em Gerontologia e atual coordenador de Comunicação e Marketing da UniSER, Gilberto Amaro, considera que a capacitação religa as pessoas umas às outras, conscientiza os participantes para cuidar e se permitirem ser cuidados também. “O curso removeu a gaveta limitante e limitadora do simplismo sobre o existir, despertando em mim o sentimento de que a vida é o resultado dos nossos relacionamentos em um período de espaço e tempo, me retirando do lugar em que considerava a vida como mecanicismo do nascer, crescer, reproduzir e depois morrer”, diz Amaro.

No campo da graduação, as oportunidades abrangem vários cursos e existe a possibilidade de bolsa. Para Nayara Veras, estudante de Farmácia, a interação com os idosos proporcionou grande crescimento pessoal, desenvolvendo empatia, quebra de estereótipos, troca de habilidades e conhecimentos entre as gerações, redução do isolamento social e engajamento comunitário. Também houve muitos benefícios em sua área de estudo. “Aprendizado multigeracional, mentoria, adaptação a mudanças tecnológicas, resolução de problemas, criação de um ambiente de trabalho inclusivo e desenvolvimento de liderança intergeracional, tudo isso dentro da UniSER”, comenta Veras.

Graças à Política do Envelhecer Saudável, Participativo e Cidadão da UnB, a instituição recebeu em julho uma nova leva de aprovados da segunda edição do Vestibular 60+, que busca preencher as vagas extraordinárias e democratizar o acesso ao ensino superior. O processo seletivo, que aconteceu pela primeira vez em fevereiro, abriu 216 vagas em 60 cursos de graduação presenciais para ingresso no 2º semestre de 2024.

Para os alunos interessados no trabalho realizado com os idosos pela UniSER, as inscrições para seleção de extensionistas são permanentes e o edital pode ser encontrado no site do programa (<https://www.uniserunb.com/>).

A professora Margo Gomes elogia a iniciativa da UnB e afirma que é preciso manter a luta constante da UniSER, mesmo com esses avanços. “Nós estamos sempre aprimorando o programa e os projetos, buscando mais espaço na comunidade acadêmica”, relata. “As dificuldades da UniSER são ocasionadas pelo preconceito social, pela discriminação com pessoas idosas, pela dificuldade em entender que o futuro do país depende da interação entre gerações”.

Para pular da ponte

ATLETAS DA UNB SE PREPARAM NO CO PARA A COPA DO MUNDO DE SALTOS DE GRANDES ALTURAS

Por Ana Carolina Alves e Nathalia Sarmento

Nos últimos meses, o Centro Olímpico (CO) da Universidade de Brasília abriga uma rotina diferente de quatro jovens atletas. Primeiro, eles fazem a liberação miofascial, com a pressão em pontos específicos para prevenir lesões. Depois de um leve aquecimento, estendem e contraem o corpo, jogam a cabeça para trás e movimentam os braços. Num dia fazem acrobacias na cama elástica, em outro, no trampolim, além de alongamentos e musculação. Só depois é hora de ir para uma das piscinas do Parque Aquático do CO, na principal e última fase de um treino que dura de quatro a seis horas por dia e se repete de segunda a sábado.

Essa preparação tem se intensificado devido à aproximação da Copa do Mundo de High Diving, que neste ano será realizada na Ponte JK, em Brasília, entre 11 e 13 de outubro. “Os desafios que a gente supera aqui fazem subir aquela adrenalina que às vezes falta na vida”, diz Janine Freitas, de 18 anos, que pratica o esporte desde os 8 e integra a equipe que está treinando no CO. Lucca Silveira está entusiasmado com o evento em Brasília. “Eu vejo essa competição como o futuro”, diz o atleta de 20 anos. “A partir dela, vai haver mais investimento para os saltos.” Ele foi campeão brasileiro júnior de High Diving duas vezes e começou no esporte aos 12 anos, em Goiânia, sua cidade natal. Veio para Brasília cursar Educação Física na UnB e se tornou parte da equipe de salto.



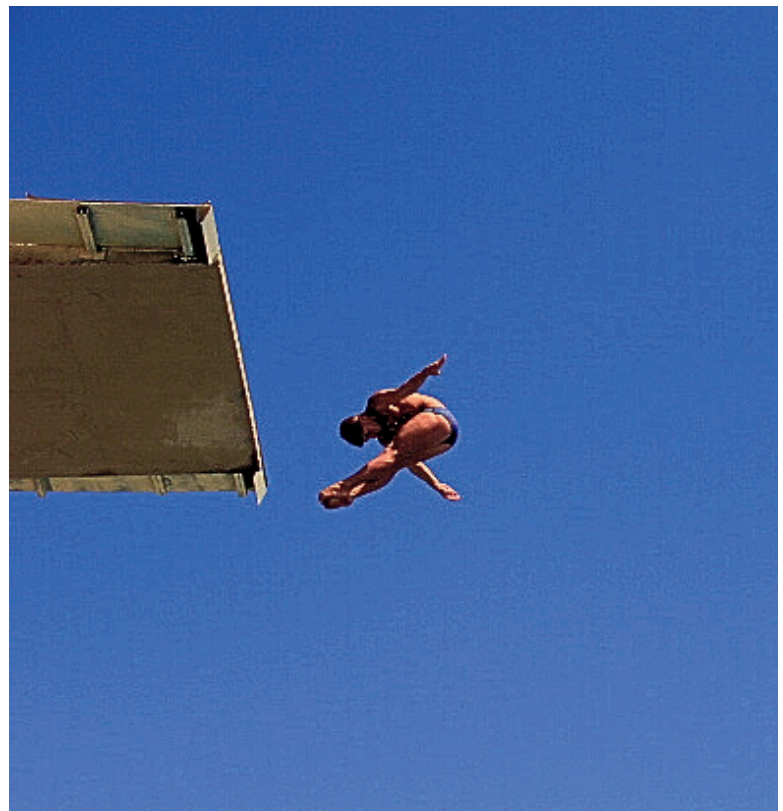
Lucca Silveira, atleta desde 2012, conta sobre a importância do evento mundial para o esporte e para a capital.
Foto: Acervo pessoal

O high diving deriva do salto ornamental e tem especificidades. Nos saltos ornamentais, o atleta pula de uma plataforma de no máximo 10 metros, realiza uma série de movimentos acrobáticos e entra em posição vertical na água, de cabeça para baixo. No high diving – ou saltos de grandes alturas –, o atleta adulto pula de uma plataforma de 27 ou 20 metros de altura, nas modalidades masculina e feminina, respectivamente, e entra na piscina o mais vertical possível, com os pés para baixo. Atletas juniores saltam de plataformas de 15 e 12 metros.

Embora o CO não possua plataformas na altura disputada no campeonato, Gabriel Serra, treinador da equipe desde 2012, explica que o fator não interfere no desenvolvimento dos atletas. Ele diz que mundialmente os treinos são feitos nas tradicionais plataformas de 10 metros, já que as bases mais altas são escassas. Somente os treinos finais são realizados nas plataformas da altura considerada high diving. “Conseguimos bons resultados treinando na plataforma de 10 metros”, diz Serra, que pretende levar a equipe para a Ponte JK logo que a estrutura para a competição esteja pronta no local.

Os quatro atletas saltaram da ponte em um treino organizado pela Confederação Brasileira de Saltos Ornamentais no ano passado, e três deles participaram em fevereiro de um treinamento em Fort Lauderdale, na Flórida (EUA), onde há plataformas para grandes saltos.

“Acho que isso vai nos ajudar muito para a Copa em outubro”, diz Miguel Cardoso, que esteve lá. Ele tem 17 anos, treina desde 2015 no Centro Olímpico e é bicampeão sul-americano. Outro que esteve na Flórida foi Rafael Borges, de 19 anos, que entrou no programa em 2014 e em outubro vai saltar de plataformas de 15 e 27 metros.



Rafael Borges é atleta de saltos ornamentais, faz parte do Centro de Excelência desde 2014 e hoje se profissionaliza no esporte.
Foto: Ana Carolina Alves/UnB

O Centro de Excelência em Saltos Ornamentais, no CO, foi criado em 2014 por uma parceria do Ministério do Esporte com a Universidade de Brasília. O espaço conta com treinamento de alto rendimento para atletas tanto da categoria de base como profissional. Dois atletas que participaram das olimpíadas em Tóquio, há quatro anos, treinaram ali. O treinador Gabriel Serra diz que “os primeiros frutos” do trabalho estão sendo colhidos agora.

O evento na Ponte JK, que contará com mais de 50 atletas do mundo todo, faz parte do calendário da World Aquatics, entidade responsável pelas competições internacionais nos esportes aquáticos, e vale como classificatória para o Mundial de Esportes Aquáticos de 2025, em Singapura.



Miguel Cardoso, Janine Freitas e Rafael Borges treinam de segunda a sábado no Centro de Excelência de Saltos Ornamentais, no Centro Olímpico da UnB.
Foto: Ana Carolina Alves/UnB

O adeus a 'bandas da UnB'

NATIRUTS REPETE TRAJETÓRIA DE MÓVEIS COLONIAIS E CHINELO DE COURO, QUE FORAM DA UNIVERSIDADE À SEPARAÇÃO

Por Beatrice Mesiano e Maria Eduarda Lavocat



A Móveis Coloniais de Acaju ganhou o Finca em 2002 e se separou em 2016.
Foto: Divulgação

A Natiruts está na estrada pela última vez. Criada por estudantes da Universidade de Brasília em 1996, a banda anunciou seu fim e está lotando estádios e outros locais com os shows de sua turnê derradeira. A trilha que vai do Campus Darcy Ribeiro à separação não é pioneira e já foi traçada por bandas como a Móveis Coloniais de Acaju e a Chinelo de Couro.

Formada por jovens que se conheceram através do time de futebol da UnB, a Natiruts começou como Nativus, mesclando reggae jamaicano com elementos da música brasileira. Rapidamente conquistou um público fiel nas festas universitárias e bares da capital.

A crescente popularidade levou Natiruts a lançar seu primeiro álbum, Nativus, em 1997, com hits como Presente de um beija-flor e Liberdade pra dentro da cabeça, que consolidaram a banda como um fenômeno nacional. Ao longo dos anos, a Natiruts lançou diversos álbuns aclamados pela crítica e público, se firmando como uma das maiores bandas de reggae do Brasil.

A relação entre a Natiruts e Brasília vai além da criação da banda. Ainda vivendo na capital, os integrantes encontraram inspiração no “quadrado” para compor as músicas que hoje são conhecidas em todo o país. “Brasília representa o fundamento das canções do Natiruts. Nós amamos a nossa cidade, temos muito orgulho daqui”, declarou o vocalista da banda, Alexandre Carlo, ao *Correio Braziliense*. Na mesma entrevista, ele explicou a razão do fim: “Eu acho que a gente já fez a nossa parte, principalmente, em relação ao reggae music. O motivo do fim da banda, inclusive, é esse”. O **Campus** tentou contato com os músicos, mas não obteve sucesso.

Rock e poesia

Outra banda que nasceu nesse ambiente de inovação da UnB, mas encerrou sua trajetória, foi a Móveis Coloniais de Acaju. Com suas letras que misturavam poesia e crítica social e uma sonoridade que mesclava ritmos regionais com o rock, a banda conquistou brasileiros e extrapolou as fronteiras do Distrito Federal.

Formada em 1998 por alunos de diferentes cursos da UnB, a Móveis foi um reflexo da diversidade cultural e artística que permeia a Universidade. Quatro anos depois de sua criação, foi vencedora da 4ª edição do saudosos Festival Universitário de Música Candanga da UnB (Finca), ao interpretar uma de suas primeiras músicas, Copacabana. O sucesso não tardou a chegar, e logo a banda estava tocando em festivais pelo Brasil, chegando a se apresentar no Rock In Rio em 2011.

Esdras Nogueira, integrante da Móveis, lembra como foi ficar em primeiro lugar no Finca. “A UnB foi muito importante para nós. Tem todo esse ambiente da Universidade, das festas, dos shows, dos festivais”, recorda. “Ganhar o Finca nos deu mais respaldo na própria Universidade e começamos a tocar muito nas festas.” De acordo com o músico, isso abriu portas no mercado de Brasília e levou a banda a tentar tocar fora da capital. “Aí começaram os convites para o Brasil todo e isso não parou mais”, recorda.

Beto Mejía, flautista da Móveis, também ressalta a importância da Universidade para a banda. “A UnB foi um espaço incrível, que reflete muito do que a Móveis era”, diz. “Era um espaço que abraçava a diversidade, eram contradições estéticas, mas sem conflito e eu acho isso muito bonito.”

O primeiro disco da banda, *Idem*, foi lançado com um show no Centro Comunitário Athos Bulcão, em 2005. Na ocasião, 3 mil pessoas pagaram para participar do evento e mais de 2 mil delas compraram o CD da banda, segundo os integrantes da Móveis. A jornada da Móveis Coloniais de Acaju terminou em 2016. Após 18 anos de estrada, diferenças criativas e pessoais levaram os membros da banda a seguirem caminhos distintos.

Forró e preservação

Uma terceira banda que marcou o cenário musical da UnB foi a Chinelo de Couro, formada em 2012 por quatro mulheres: Maísa Arantes, Júlia Carvalho, Letícia Fialho e Shaira Ribeiro.

O grupo começou com a proposta de tocar um repertório de forró, mas essa ideia evoluiu para um projeto focado na preservação e valorização da música de diversas regiões do Brasil. Com uma pesquisa dedicada à cultura musical nordestina, o repertório da Chinelo de Couro é amplo e diversificado: além dos clássicos do forró, coco e ciranda, a banda apresenta releituras de canções populares e composições inéditas, tanto das próprias integrantes quanto de músicos da capital.

A banda feminina venceu o Finca na edição de 2013. “Ganhamos o prêmio e foi bem legal, porque deu uma autoestima grande pra nós”, recorda Júlia Carvalho. “Já havia espaços na cidade para a gente tocar, mas eu acredito que depois do prêmio conquistamos ainda mais”. Ela diz que até hoje usa o prêmio em seu portfólio.

Após mais de 10 anos de carreira, a Chinelo de Couro também chegou ao fim. No entanto, a banda ainda não anunciou oficialmente seu encerramento e pretende fazer isso em um evento de despedida antes do fim do ano. “Tem hora que cada uma precisa seguir seu rumo”, justifica Carvalho. “A banda foi acabando pelo movimento natural da vida.”

A volta do Finca

Após uma pausa de mais de seis anos, está prevista para este semestre uma nova edição do Festival Universitário de Música Candanga da UnB. Rafael Zonta, coordenador de Arte e Cultura da UnB, explica que o festival criado em 1999 foi interrompido devido ao contexto político de ajuste ao antigo teto de gastos do governo federal, o que afetou diretamente a área da educação e reduziu os recursos das universidades federais. Na edição de retorno, o formato será diferente das anteriores, com a proposta de ser uma amostra do festival. “A intenção é abertura de um edital e não um concurso como foi nas versões originais”, detalha Zonta. A previsão é que o Finca 2024 seja realizado em outubro no Campus Darcy Ribeiro.